



Cultura, racionalidade e valores no estudo do desenvolvimento econômico e seus enlaces com a questão distributiva


Alanna Santos de Oliveira	Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil e-mail: alannacepes@gmail.com
Carlos Alves do Nascimento	Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil e-mail: carlos.nascimento@ufu.br

Resumo	<p>O estudo do desenvolvimento econômico frequentemente tem sido abordado a partir de uma ótica distributiva, sobretudo com a ascensão das teorias do crescimento com distribuição de renda pós-keynesianas. Apesar disso, menor atenção é atribuída aos aspectos culturais e valorativos em torno dos quais a questão do desenvolvimento e suas bases distributivistas estão colocadas. Tendo em vista essa lacuna na literatura econômica sobre o tema, este trabalho visa apontar a perspectiva da cultura, da racionalidade e dos valores ao exame do desenvolvimento econômico associado à questão distributiva, inclusive, perpassando a estruturação de classes. Para tanto lança-se mão da pesquisa bibliográfica concentrada, primeiramente, nas obras de Thorstein Veblen, James Duesenberry e Pierre Bourdieu, e, em seguida, na obra de Celso Furtado, apontando-se, inclusive, como alguns dos autores anteriores fornecem bases teóricas para a elaboração de sua teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento, centrada na noção de cultura.</p>
---------------	---

Palavras-chave	Desenvolvimento. Cultura. Valores. Racionalidade.
-----------------------	---

Culture, rationality and values in the study of economic development and its connections with the distributive issue

Abstract	<p>The study of economic development has frequently been approached through a distributive perspective, mainly with the rise of post-Keynesian income distribution growth theories. Despite that, little attention has been given to the values and cultural aspects attached to the development issue and its distributive basis. Considering this gap in the economic literature, this work aims at emphasizing the perspective of culture, rationality and values to the analysis of economic development associated with the distributive issue, also including the structuring of classes. In order to do so, bibliographic research is used, focused, firstly, on the works of Thorstein Veblen, James Duesenberry</p>
-----------------	--

	and Pierre Bourdieu, and later on Celso Furtado's work, and also calling attention to the way that some of the previous authors provided theoretical basis for this last one concerning the elaboration of his theory of development and underdevelopment, centered on the cultural notion.
Keywords:	Development. Culture. Values. Rationality.
	Licença de Atribuição BY do Creative Commons https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/
	Submetido em 30/05/2022 Aprovado em 30/06/2022 Publicado em 24/07/2022

1 INTRODUÇÃO

Embora o surgimento do desenvolvimento econômico como teoria propriamente dita remonte ao século XX (sobretudo à sua segunda metade) – à luz das impressionantes transformações econômicas, geopolíticas e sociais que resultam da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, e visando especialmente explicar as distintas trajetórias de progresso material e social dos países (BASTOS e BRITTO, 2010) –, as questões do desenvolvimento já configuravam interesse particular da ciência econômica desde o surgimento desta última. O ponto é que esse tema, em maior ou menor grau, já era objeto de estudo da economia clássica, enfatizado, sobretudo, pela dinâmica de crescimento econômico e da distribuição de suas benesses na sociedade, enfocando-se determinados grupos ou classes.

Desse modo, a maior parte das teorias propriamente ditas do desenvolvimento econômico têm suas ideias derivadas, em alguma medida, dos aspectos centrais já levantados no âmbito da economia política (de cujo pensamento proveio boa parte da literatura econômica, seja a nível macro ou microeconômico). É possível reconhecer, tanto no longínquo passado que remonta à economia clássica, como nas teorias do desenvolvimento que surgem no século XX, a presença, portanto, da investigação da natureza e origem da riqueza e crescimento das sociedades, englobando aspectos sociais e materiais.

Percebe-se também, com o surgimento da teoria keynesiana e com a forma como seu legado evolui a partir dos pós-keynesianos, a retomada da preocupação com a natureza distributiva do desenvolvimento, que havia sido perdida com o marginalismo e que sempre foi tão cara para os clássicos. Também é possível notar esse viés distributivista em trabalhos da

Cepal, ainda que seja amplamente reconhecida a ausência desta discussão no arcabouço cepalino inicial que concerne à década de 1950¹.

Em suma, o que se visa registrar é que é amplamente observável, na literatura econômica, o reconhecimento dos primórdios do estudo do desenvolvimento econômico com os clássicos (OREIRO, 2000; 2011), bem como a perspectiva distributiva presente no tratamento do tema que é, então, retomada, com os pós-keynesianos (e também passível de identificação no arcabouço teórico estruturalista latino-americano, em especial, a partir do final dos anos 1960). Dito isso, o que se visa neste trabalho é chamar atenção para um aspecto bem menos considerado que se refere à perspectiva qualitativa de abordagem do tema, enfocando aspectos comportamentais e, por conseguinte, de natureza cultural e valorativa, e que também lançam bases no aparato distributivo.

Portanto, partindo do entendimento acerca da noção distributivista de que se reveste o desenvolvimento econômico, o objetivo central deste trabalho consiste em apontar os debates e elementos centrais de perspectiva cultural, que por sua vez qualificam o estudo do desenvolvimento e o enriquece ao inserir a “racionalidade dos fins aos meios empregados” (FURTADO, 2000). A dotação de sentido e valores ao processo de desenvolvimento econômico é algo amplamente empregado nas obras de Celso Furtado, à medida em que o autor logra progressivamente incorporar (de forma particular e única no estruturalismo latino-americano) o enfoque do plano cultural ao processo de análise do desenvolvimento e do subdesenvolvimento presente em suas obras (RODRIGUEZ, 2009).

Reconhecido esse enfoque na obra de Furtado, cumpre demonstrar o surgimento dessa perspectiva qualitativa em etapa anterior, com o “velho institucionalismo”, remetendo ao seu fundador clássico, Thorstein Bunde Veblen. Sendo assim, desdobra-se do objetivo central mencionado outro muito particular que consiste no reconhecimento de algumas das influências teóricas do pensamento Furtadiano no que concerne à apreensão do desenvolvimento econômico pela natureza distributiva especificamente ligada às noções de cultura, racionalidade e valores.

Por fim, para realização desses objetivos será empregada a pesquisa bibliográfica. De tal modo, além desta introdução, o artigo contará com uma seção dedicada a essa análise bibliográfica dividida em duas subseções, sendo a primeira voltada às contribuições altamente

¹Cabe discussão, em outra oportunidade, acerca dessa questão, uma vez que, nos trabalhos de Celso Furtado publicados ainda no final da década de 1950 – Furtado (1958) e Furtado (1959) – é possível verificar a presença de uma análise de teor distributivo, ainda que incipiente, de como se processava o desenvolvimento da economia brasileira durante o processo de industrialização (MANTEGA, 1984).

conexas de Veblen, Duesenberry e Bourdieu, e a segunda à análise de Furtado e sua incorporação de elementos presentes nas teorias anteriormente expostas, e, em sequência, serão apresentadas as considerações finais do trabalho que ressaltam e articulam as evidências encontradas para os objetivos propostos.

2 CONFIGURAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NO PLANO CULTURAL E ENLACES COM A QUESTÃO DISTRIBUTIVA

AS CONTRIBUIÇÕES DE VEBLEN, DUESENBERRY E BORDIEU

O grande ponto de imbricação da abordagem qualitativa dos aspectos do desenvolvimento e a tradicionalmente pautada pela perspectiva puramente econômica reside no emprego de uma análise dentro do plano distributivo e que, de um modo geral, perpassa, de forma comum, o processo de acumulação. Esse último elemento congrega, na primeira abordagem, o reflexo da construção e disseminação de determinados valores e fins da vida coletiva. De outro lado, a estruturação da sociedade em classes (baseada em aspectos econômicos, mas também socioculturais) coloca-se como outra variável-chave em ambas abordagens do desenvolvimento.

Portanto, essa perspectiva teórica que se pretende analisar ao longo desta subseção enfoca o progresso material e imaterial das sociedades por uma perspectiva valorativa e cultural, assinalando as racionalidades presentes no direcionamento do processo de acumulação. Esse processo é examinado pela estruturação da sociedade em classes (ou grupos sociais) que denotam, em última instância, tanto um reflexo da forma como a própria acumulação evolui como também repercute os anseios e objetivos dessa sociedade e, de forma particular, de seus membros com maior poder de determinação de seus rumos.

É intrigante que o estudo do desenvolvimento econômico, ao longo do tempo, tenha se desvincilhado da análise do comportamento e das orientações humanas, ou seja, da tentativa de apreensão da moral, das finalidades e dos costumes e valores dominantes em uma dada sociedade, sobretudo quando majoritariamente prevalecem nesse estudo, análises notadamente pautadas na dinâmica distributiva. Nas formulações presentes na economia política clássica, a investigação da natureza humana, sob a mencionada perspectiva, esteve presente na formulação

de vários autores, como é notadamente perceptível na obra de Adam Smith (o que denota algo muito natural tendo em vista a imbricação inicial entre ciência econômica e filosofia).

Mas, esse padrão de investigação das nuances do desenvolvimento econômico, que perpassa o estudo de questões substancialmente valorativas, caiu em desuso com o passar do tempo, especialmente com a ascensão do marginalismo. O estudo da ciência econômica, durante um bom período após os clássicos, desvincilhou-se nitidamente das questões de ordem moral, abrindo mão, dessa forma, do caráter antropológico ao qual inicialmente se conectava.

Apesar disso, ao final do século XIX e, principalmente, no primeiro quartel do século XX, é possível identificar a retomada das preocupações comportamentais, a qual ocorre como produto de autêntica revisão crítica ao pensamento neoclássico. Dentre esses trabalhos, destaca-se o de Veblen, proeminente inaugurador da economia institucionalista, e cuja contribuição maior para a apreensão qualitativa dos aspectos do desenvolvimento econômico reside na identificação do “comportamento emulativo”, a partir de uma análise notadamente assentada na dinâmica de classes e bastante atenta às finalidades imbuídas ao processo de acumulação.

O propósito central de Veblen, em sua mais aclamada obra, *The Theory of Leisure Class*, é discutir o papel da classe denominada por ele “ociosa” na condição de fator econômico da sociedade moderna e, adicionalmente, investigar as origens dessa instituição, elencando questões de ordem psicológica em suas raízes e características particulares. A obra do autor é construída por meio do instrumental etnológico, ou seja, da observação dos fenômenos e comportamentos cotidianos no interior de um grupamento social – de um “povo” – visando identificar linhas gerais de desenvolvimento e características comuns dentro dessa sociedade.

Veblen (2009) extrai de sua análise um papel ativo e direcionador do desenvolvimento das sociedades por esta instituição, a denominada “classe ociosa” no marco temporal do capitalismo. Mas, antes mesmo do atual sistema, aliás, desde os primórdios da vida em coletivo (ainda que sob égides primitivas), a existência de uma fração de indivíduos reconhecidamente dominante face algum parâmetro social e econômico vigente, determinava a evolução material de todo o grupamento social. A identificação de um “clã” soberano em meio ao coletivo localmente reunido historicamente implica a presença de algum tipo de diferenciação na condição de elemento norteador das sociedades.

Neste contexto, um dos aspectos centrais da obra refere-se à necessidade psicológica de diferenciação social exibida pelos seres humanos, anseio este que se encontra presente desde as sociedades mais primitivas. Além de diferenciar-se, o homem buscava especialmente exibir para

os outros essa distinção – maneira inequívoca de legitimá-la. Esses fatores constituiriam, assim, os fundamentos de duas importantes instituições da vida econômica: a classe ociosa e a propriedade privada.

Na verdade, a emergência de uma classe ociosa, para o autor, coincide com a gênese da propriedade privada. Num estágio anterior, classificado em sua obra como *barbárie*, a distinção entre os indivíduos se fazia notável por diferentes tipos de ocupações no interior de uma comunidade, bem como pela própria possibilidade de propriedade privada sobre as pessoas (como a ideia de casamentos forçados, denotando o domínio da mulher, e também a posse de escravos).

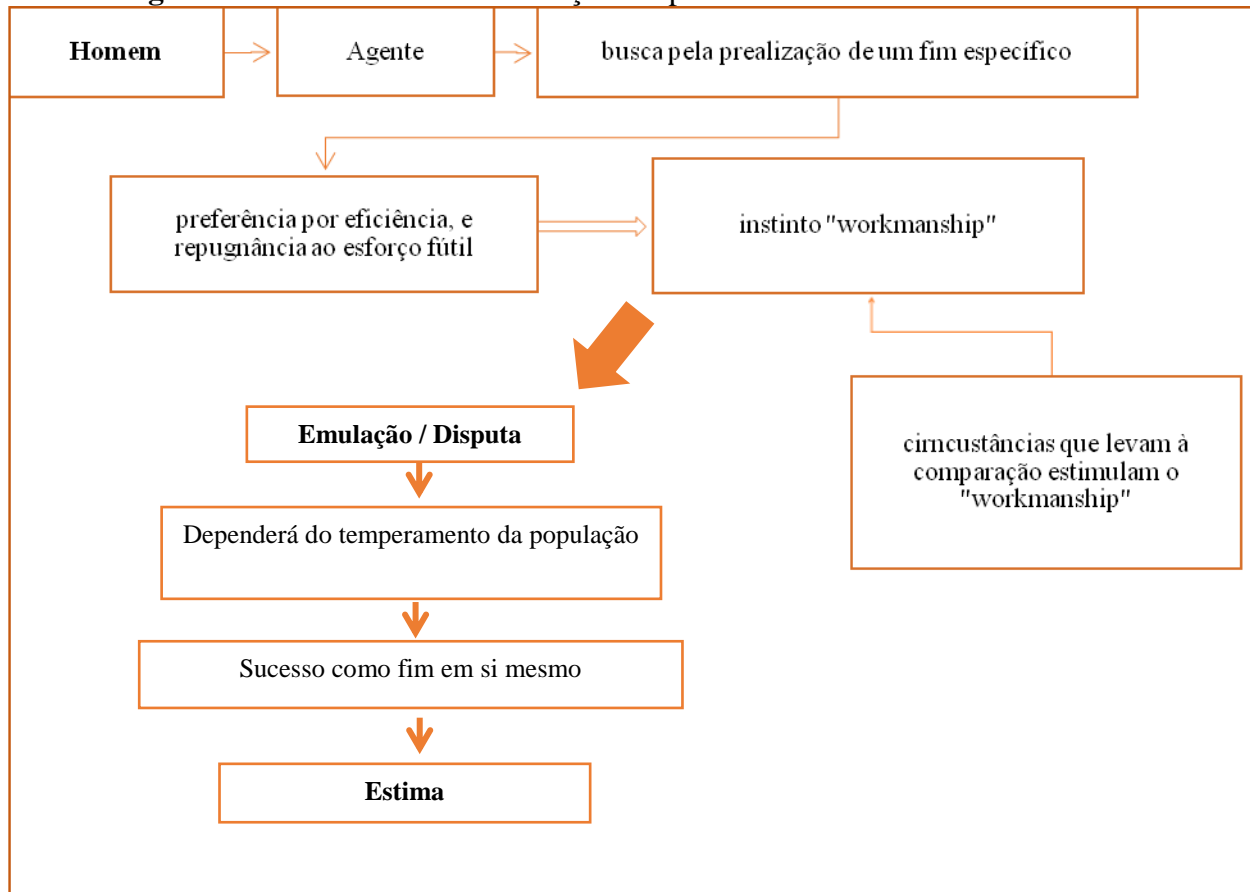
Da ideia de domínio sobre as pessoas rapidamente se evolui à de posse dos objetos: “*Wherever the institution of private property is found, even in a slightly developed form, the economic process bears the character of a struggle between men for the possession of goods*” (VEBLEN, 2009, p.13). De tal modo vai se tornando claro, segundo a análise etnológica realizada pelo autor, que historicamente os seres humanos buscam algo mais do que a simples sobrevivência.

O que se observa é que, mesmo que, *a priori*, pareça que a finalidade maior da acumulação de bens decorra da própria possibilidade de consumi-los, atentando-se, nesse contexto, para as necessidades do homem – sejam elas físicas, espirituais ou intelectuais – somente quando essa acumulação é interpretada num sentido original e profundo é que se apreende seu significado e motor. Nesse sentido, o incentivo do qual a acumulação invariavelmente provém, que se apresenta como raiz da apropriação, reside no fator “emulação” (VEBLEN, 2009).

A Figura 1 nos apresenta um esquema sobre a gênese da “emulação”, aspecto central na obra de Veblen, e que advém da própria condição do homem de agente na sociedade. Essa condição traz como característica inerente a si, a procura pela conquista de um objetivo específico e, com isso, o desprezo, ao longo dessa busca, pelo esforço inútil e, em contrapartida, o apreço pelo mérito da eficiência e realização de suas perspectivas. Esse comportamento é denominado pelo autor de instinto de “*workmanship*”, e incitará, sob determinadas circunstâncias, a emulação, ou seja, a competitividade desperta pela comparação invejosa e pecuniária com o outro e que conforma no indivíduo o desejo de superação de seu semelhante. Por fim, esse sentimento que em maior ou menor grau predominará em um dado coletivo, a depender do próprio temperamento de seus membros, age sobre a estima dos agentes,

apresentando desdobramentos importantes para o desenvolvimento de diversas instituições presentes no desenvolvimento econômico das sociedades.

Figura 1 – Gênese do efeito emulação e repercussão sobre a estima em Veblen.



Fonte: Elaboração própria com base em Veblen (2009).

O princípio norteador da apropriação – a emulação – continua ativo em posterior desenvolvimento da instituição a qual ele deu origem e na conformação de todas as características da estrutura social na qual a propriedade repousa: “*Nothing equally cogent can be said for the consumption of goods, nor for any other conceivable incentive to acquisition, and especially not for any incentive to accumulation of wealth*” (VEBLEN, 2009, p.14). Embora o autor reconheça a importância do sustento e instinto de conservação do homem como fator propulsor da apropriação, ele destaca que, esta última, historicamente, se desenvolveu em bases não necessariamente relacionadas à subsistência mínima. O incentivo dominante desde o princípio foi o da distinção individual ligada à exibição de certa abundância.



À medida em que a posse de propriedade se torna a base popular de aquisição de estima, para a própria satisfação pessoal do indivíduo, torna-se necessário que este venha a possuir uma grande porção de bens, assim como os outros membros da comunidade com quem ele se agrupa. Contudo, Veblen observa que assim que o agente vai realizando novas aquisições, e se habitua ao novo padrão de riqueza resultante, este já não lhe oferece satisfação mais elevada do que o anterior lhe proporcionava: *“The tendency in any case is constantly to make the present pecuniary standard the point of departure for a fresh increase of wealth. And this in turn gives rise to a new standard of sufficiency and a new pecuniary classification of one’s self as compared with one’s neighbors.”* (VEBLEN, 2009, p.16)

E neste contexto, qual seja, em que as necessidades são incessantemente criadas e tomam lugar das que anteriormente eram tidas como alvo, o autor reforça novamente sua compreensão de que se o incentivo à acumulação fosse, de fato, oriundo singularmente dos requerimentos à subsistência e de algum grau de conforto, com o avanço eficiente da sociedade industrial, em certo ponto, todas as necessidades econômicas, em seu agregado, estariam satisfeitas, cessando, assim, a luta pela acumulação. Todavia, tendo em vista que a luta em questão é motivada especialmente pela corrida em favor da própria reputação, pela comparação e seus efeitos sobre a própria estima, dificilmente se pode falar em um estágio pleno de satisfação.

Uma questão que é subjacente, portanto, a essa análise do autor é a percepção que ela oferece acerca de desigualdade econômica que simultaneamente se revela “meio” e “fim” no processo de acumulação. “Meio” por que em face dela, ou seja, da concentração da renda de uma economia por uma parcela diminuta de sua população, disporá esta última de maiores condições para empreender um consumo distinto/elitizado (uma das formas mais eficazes de se exibir poder e honorabilidade); e “fim”, porque o próprio reconhecimento geral dessa desigualdade traduz a realização do desejo legítimo de distinção social, conferindo notoriedade àqueles cuja fatia maior da riqueza cabe.

Tendo por base o esquema descrito, é possível também articulá-lo ao caráter de causação circular do desenvolvimento econômico mediante a ideia de concentração da renda como meio e fim: o desejo de diferenciação social expresso na emulação e que, segundo Veblen, estaria nas raízes da propriedade privada e do processo de acumulação, ao mesmo tempo que parece conformar uma dada estrutura distributiva, é também retroalimentado por esta, ou seja, pela configuração da renda de que resulta no plano econômico. Pois que, o princípio norteador do comportamento humano em sociedade – reconhecido aqui como a racionalidade emulativa – e a



existência de profundas disparidades econômicas reforçam-se mutuamente nas sociedades capitalistas.

Com base no que foi dito até o momento, é possível sintetizar os termos gerais da teoria de Veblen com respeito à investigação do comportamento humano à luz da evolução material e imaterial das sociedades da seguinte forma:

- i) o ponto de partida de sua análise recai na identificação das motivações e atitudes dos indivíduos (na sua perspectiva de agentes) manifestando-se no fator emulação, ou seja, no desejo de superar o outro, despertado pela comparação invejosa e, essencialmente, pecuniária;
- ii) conseqüentemente, esse sentimento orienta e qualifica as ações humanas, culminando na propriedade privada e na aparição da classe ociosa, dentro dessa estruturação em classes que o autor está examinando;
- iii) por fim, o sucesso relativo testado via comparação invejosa e pecuniária com outros homens, torna-se a finalidade convencional da ação do homem, e essa norma de conduta nada mais é que o reflexo de um processo de valoração do indivíduo que tem por critério central o mérito da aquisição.

De tal modo, se não fosse por forças econômicas e outras características do processo emulativo, os efeitos mais imediatos dessa disputa pecuniária resumir-se-iam à produtividade e a parcimônia. O autor não nega que, em certa medida, até sejam estes os resultados, contudo, há aspectos implícitos na emulação que culminam em outros elementos de modo ainda mais significativo, sendo um dos mais importantes o ócio conspícuo, ou seja, a abstenção de quaisquer trabalhos produtivos e a correspondente exibição dessa possibilidade. De um modo geral, o ócio conspícuo se torna marca evidente de prestígio e reputação numa sociedade industriosa, à época investigada por Veblen².

Dado que, à época considerada, apenas uma parte da vida dessa classe ociosa poderia ser evidenciada de forma eficaz para o restante da sociedade, ao passo que outra boa parte não, esse indivíduo deveria encontrar meios adicionais de ostentar sua possibilidade de ócio que não pudesse exibir abertamente. Isso só poderia ser feito no período analisado através da evidência de algum resultado mais concreto e duradouro, como é o caso do consumo conspícuo. Desse

² À época em que o autor escreve sua obra, os romances de Jane Austen, das Irmãs Brontë, Charles Dickens, e Victor Hugo ilustram bem esse tipo de comportamento, tendo sido todos eles influenciados pela realidade social em que se inseriam.

modo, o autor logra finalmente incorporar à sua análise a variável consumo, delatando, de um lado, os mecanismos psicológicos e culturais que a determinam e, de outro, seus efeitos econômicos sobre a configuração e desenvolvimento da sociedade.

Destarte, está colocado mais um elemento na obra vebleniana que corrobora para a finalidade legítima da emulação e que engendra a classe ociosa, qual seja, o consumo conspícuo. O consumo de artigos mais raros, considerados artigos de luxos ou especiarias, tornou-se, em determinado ponto da história, fator inequívoco de distinção de uma classe superior (a ociosa), devendo fazer parte dos hábitos e costumes exclusivamente deste grupo.

When the quasi-peaceable stage of industry is reached, with its fundamental institution of chattel slavery, the general principle, more or less rigorously applied, is that the base, industrious class should consume only what may be necessary to their subsistence. In the nature of things, luxuries and the comforts of life belong to the leisure class. Under the tabu, certain victuals, and more particularly certain beverages, are strictly reserved for the use of the superior class. (VEBLEN, 2009, p.34)

Conforme colocado pelo trecho acima, o consumo da classe trabalhadora, por sua vez, deveria constituir-se tão somente do estritamente necessário à sua subsistência, reservando-se, tudo que excedesse esse padrão, à classe superior dessa sociedade. Com o passar do tempo e, mais especificamente, com a transição à vida industrial, todas as camadas da estrutura social anseiam e atingem, em algum grau, o consumo ostensivo, ou seja, de artigos que excedem um mínimo de subsistência, o que merece ser apreendido especialmente no contexto da luta empreendida pela classe trabalhadora em prol de uma distribuição mais equânime dos benefícios do progresso técnico. Disso, pode-se deduzir que o grau com que, em cada sociedade, as classes mais baixas participarão desse consumo ostensivo depende, portanto, da resistência/obstáculos que as classes dominantes encontrarão para reproduzir ampla e reiteradamente esse processo de diferenciação, distando seu modo de vida do alheio.

O que a teoria de Veblen também propiciará nessa direção é a existência de um conjunto padrão de valores e hábitos ligados a estilo de vida e objetos de consumo, que é convencionalizado e legitimado pela classe ociosa, ou seja, a classe superior da sociedade (e que é perseguido por outras classes, conforme outros autores deixarão mais claro). É a classe ociosa, portanto, que define os padrões estéticos, imprimindo a honorabilidade ao gosto, e instituindo um referencial cobiçado de valores de decência (VEBLEN, 2009, p. 40).

Sob essa perspectiva, cabe chamar atenção para dois pontos sobressalentes da obra de Veblen, e que se associam à contribuição analítica de dois outros autores de fundamental

importância para apreensão do consumo como reflexo de hábitos e valores em uma sociedade: James Duesenberry e Pierre Bourdieu. O primeiro deles diz respeito justamente à questão recém mencionada acerca da perseguição pelas classes inferiores na estrutura econômico-social do consumo de referência, colocado primariamente pela classe superior da sociedade, a qual institui o padrão de honorabilidade. Esse ponto encontra ampla convergência com a análise estabelecida por Duesenberry, conforme demonstra-se a seguir.

Em sua obra *“Income, savings, and the theory of consumer behavior”*, o autor analisa essa questão chegando à sua conhecida formulação do “efeito demonstração”. Este último diz respeito ao processo segundo o qual os indivíduos norteiam seu padrão de consumo com base na referência expressa pela classe imediatamente superior, através da exposição a esses hábitos, o que culminaria, numa tentativa generalizada de reprodução/imitação dos costumes de classes mais elevadas, e produziria efeitos importantes sobre o nível de poupança agregada em uma economia.

Duesenberry buscou, então, compreender os determinantes da variável consumo de um modo que, ao mesmo tempo tecia uma crítica à tradicional teoria do consumidor elaborada pelos neoclássicos, elencava fatores culturais como conformadores de um dado padrão e nível de consumo na sociedade. Em geral, na concepção do autor, as pessoas desejariam consumir o que é legitimado pela sociedade em geral como bom numa escala de gradação de qualidade dos objetos consumidos (DUESENBERRY, 1967). A frequência com que os indivíduos são expostos a um consumo tido como superior determinaria sua escolha entre gasto e a poupança, por meio do “efeito demonstração” (que também é incorporado por Furtado para construção de sua teoria do subdesenvolvimento latino-americano).

Sobre o efeito demonstração propriamente dito, o autor analisa que a frequência com que os indivíduos são expostos aos “bens superiores” aumenta à medida que os gastos com consumo de outras pessoas também aumentam. Quando isso ocorre, a frequência do impulso para aumento dos próprios gastos também se eleva, e qualquer resistência a esse impulso resulta insuficiente. O resultado é um aumento do gasto agregado em detrimento da poupança. Em síntese, o efeito demonstração consiste nesse contato que o indivíduo tem com formas de consumo superiores que acaba influenciando seus próprios gastos de consumo e orientando a qualidade e características dos bens desejados.

Para cualquier familia concreta, la frecuencia del contacto con los bienes superiores aumentará fundamentalmente al aumentar los gastos de consumo de otras personas. Cuando esto se produce, la frecuencia del impulso a aumentar los gastos aumentará



también, y la resistencia que se opone ante él resultará insuficiente. El resultado será un aumento del gasto a costa del ahorro. Podríamos llamarlo el “efecto demostración”. Se suele considerar que el consumo de bienes de calidad elevada, para cualquier finalidad, es deseable e importante. Si unas personas emplean habitualmente un conjunto de bienes, podrán sentirse insatisfechas con ellos por una demostración de la superioridad de otros. [...] El mejor modo de demostrar que los gastos de consumo pueden ser forzados por el contacto con bienes superiores consiste en pedir al lector que consulte su propia experiencia (DUESENBERRY, 1967, p.60).

O autor assinala que um dos principais objetivos sociais se refere à obtenção de um nível de vida mais elevado, e isso, por si só já cria um impulso forte a consumir reiteradamente mais, possivelmente muito mais forte do que aquele que deriva das necessidades que serão satisfeitas em si mesmas. Quando a consecução de um fim se converte em objetivo social amplamente reconhecido, a importância de se alcançá-lo fica incutida no cérebro de cada indivíduo mediante o processo de socialização (DUESENBERRY, 1967).

A melhoria do nível de vida equivalerá a incrementar a qualidade dos bens consumidos. Todavia, em uma sociedade em que um dos principais objetivos sociais é melhorar esse nível, o anseio por satisfazer a própria estima se converterá, automaticamente, em uma busca por conseguir bens de qualidade superior, e isso poderá operar com total independência do desejo por esses bens em si mesmos.

Desse modo, fica evidente, na teoria do autor, o peso que a conformação de valores socialmente aceitos na evolução cultural de uma sociedade apresenta para a determinação de suas escolhas, neste caso, especificamente, em torno de padrões de consumo. Como se vê, a teoria desenvolvida por Duesenberry apresenta grande similaridade com a investigação de Veblen neste ponto, muito embora, o primeiro autor não reconheça a motivação primária no efeito emulação e na comparação pecuniária invejosa, da forma como faz o segundo. Para Duesenberry, esse processo parece estar mais ligado, essencialmente, ao desejo de pertencimento a um determinado grupo. Suas formulações se concentram fundamentalmente no efeito em si, e não em sua causa, enfatizando com veemência o comportamento imitativo dos agentes.

Sendo assim, uma distinção que se pode fazer entre as formulações de Veblen e de Duesenberry diz respeito à ideia que cada um dispunha acerca das motivações intrínsecas a esse comportamento de aceitação de um determinado padrão referencial de valores e hábitos por parte da sociedade e a correspondente tentativa de seus mais distintos membros em persegui-lo. Essa diferença de perspectivas pode ser evidenciada quando os autores divergem sobre os resultados de uma distribuição mais equânime da renda na sociedade. Para Duesenberry esta ocorrência implicaria automaticamente na redução dos gastos em bens de consumo, em função da



diminuição do “poder” presente no efeito demonstração, visto que reduzir-se-iam as possibilidades de empreendimento de comparações desfavoráveis a si entre padrões de consumo. Por conseguinte, elevar-se-ia a poupança nesta sociedade.

Já Veblen não acreditava nesse resultado. Isso porque, enquanto Duesenberry acreditava que aparentemente as pessoas se satisfaziam com a ideia de alcançar um determinado nível de prestígio em um grupamento social com seus pares em torno do que consomem ou de como vivem, enquadrando-se, por conseguinte, num dado nível de aceitação por um grupo; Veblen, por sua vez, concebia que os agentes buscavam mais que isso, ansiando fundamentalmente colocarem-se acima uns dos outros, sobressaindo-se nessa disputa pecuniária e invejosa (MACCORMICK, 1983).

O segundo ponto que se destaca da teoria de Veblen e que encontra convergência com o segundo autor anteriormente mencionado, qual seja, Bordieu, refere-se à noção acerca da instituição de um conjunto padrão de valores e hábitos ligados a estilo de vida e objetos de consumo, que é convencionado pela classe ociosa, sendo esta quem define o referencial estético, imprimindo distinção e valor ao gosto. Nesse aspecto é possível registrar a similitude dessa noção com as ideias apresentadas por Bourdieu, em sua célebre obra: “*A distinção: crítica social do julgamento*”.

Na teoria de Veblen, os indivíduos pertencentes aos mais diferentes estratos econômicos da sociedade acatam o perfil então legitimado de decência ideal e estilo de vida em voga pelo subsequente e mais elevado estrato de categoria social, empreendendo esforços a fim de alcançar, em alguma medida, objetos do referido padrão. A exposição de um dado status e aquisição de riqueza encontra, para além do consumo e ócio conspícuos, devidamente enfatizados por Veblen, a natureza estética do gosto que se torna um importante instrumento de diferenciação social, identificado por Bourdieu como “capital cultural”, o qual é mais dificilmente adquirido do que o econômico. Desse modo, esse processo de distinção, segundo o autor, pode se mostrar ainda mais poderoso à medida que provê meios mais gerais de exclusão do que o original consumo conspícuo.

A partir dessas considerações sobre a naturalização do gosto, ou seja, sobre como escapa a este a ideia comumente disseminada de que é individual e indiscutível, que Bourdieu trabalha com o conceito de *habitus*: um sistema de princípios capaz de organizar e gerar práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas para seus resultados, independente de uma finalidade consciente. Destaca-se que os agentes não se encontram conscientes dessa força

cultural que orienta seus comportamentos e motivações, de modo que a maior parte dos sinais é transmitida de modo automático, vez que estes são aprendidos especialmente via hábito.

Apesar da ênfase no capital econômico e nas possibilidades de aquisição materiais, Veblen também se aproxima dessa interpretação acerca do gosto com vistas à natureza estética dos elementos como meio de distinção ao dissertar sobre a meticulosidade na discriminação da excelência e qualidade de vida em várias dimensões (alimentícia, bebidas, vestimentas e outras), e que acaba culminando em alterações significativas no modo de vida, bem como na atividade intelectual e treinamento dos homens de classe. Passa-se a exigir destes, então, uma verdadeira *expertise* com respeito aos melhores sabores, com relação às distintas arquiteturas, danças e outros hábitos culturais.

Na interpretação de Bourdieu, a natureza dinâmica dos estilos de vida deve então ser incorporada à análise de estrutura de classes. Conforme observou Trigg (2001), o papel dual do capital no seu formato cultural e econômico possibilita a análise das transformações em diferentes padrões de vida no âmbito da estratificação social.

A flexibilidade dessa estrutura permite aos indivíduos moldar a legitimidade dos estilos de vida como parte de sua batalha por mobilidade social, dentro dos limites dos princípios acordados pelos seus hábitos. Um exame de como estilos de vida, os quais podem ser caracterizados como pós-moderno, evoluem em relação a identidades individuais não envolve, portanto, necessariamente um abandono das categorias de classe social e hierarquia (TRIGG, 2001, p.14)

O *habitus* permite captar, por meio do consumo dos indivíduos, as diferenças de classe, as quais extrapolam o mero escopo da produção e dos papéis dos agentes em um dado sistema econômico produtivo. As correlações de forças exprimem um dado sentido e simbolizam uma espécie de hierarquia social, manifesta por estilos de vida, especialmente nítidos no plano do consumo. Isso quer dizer que o lugar ocupado por um dado indivíduo na estrutura de uma sociedade liga-se inexoravelmente ao seu consumo, muito mais que à sua atuação na esfera produtiva. A forma assumida por esse consumo, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, deriva de um determinado “gosto” que é construído socialmente e conferido pelo *habitus*, portanto.

Esse gosto, ou disposição estética, por conseguinte, possui um sentido necessariamente econômico para o autor, quer dizer, não é alienável das condições materiais de existência do indivíduo. Bourdieu relaciona o poder à possibilidade concreta de colocar a necessidade econômica (aquelas ligadas à simples dinâmica de subsistência) em segundo plano, e a afirmação



desse nobre artifício consiste exatamente em evidenciar uma espécie de destruição de riqueza pelo gasto ostensivo, pelo desperdício que é capaz de ressaltar o poder econômico a que o indivíduo faz jus.

A disposição estética - que tende a deixar de lado a natureza e a função do objeto representado, além de excluir qualquer reação ingênua [...] para levar em consideração apenas o modo de representação, o estilo, percebido e apreciado pela comparação com outros estilos - é uma dimensão da relação global com o mundo e com os outros, de um estilo de vida, em que se exprimem, sob uma forma incognoscível, os efeitos de condições particulares de existência: condição de qualquer aprendizado da cultura legítima, seja ele implícito ou difuso como e, quase sempre, a aprendizagem familiar, ou explícito e específico tal como a aprendizagem escolar, estas condições de existência caracterizam-se pela suspensão e pelo *sursis* da necessidade econômica, assim como pelo distanciamento objetivo e subjetivo em relação a urgência prática, fundamento do distanciamento objetivo e subjetivo em relação aos grupos submetidos a tais determinismos. (BOURDIEU, 2007, p. 54).

O que deve ser enfatizado em relação à teorização do autor, e que seguramente se aproxima bastante das ideias presentes em Veblen, é que o senso estético se traduz em um típico elemento de distinção, que agrupa os indivíduos em categorias sociais, segundo o grau que gozam de liberdade econômica. Ele (o senso estético) discrimina as necessidades que se relacionam à subsistência daquelas que dizem respeito à experimentação da disposição para o “belo” e que implicam em desperdício e consumo conspícuo (empregando aqui o vocabulário de Veblen).

A possibilidade concreta de se levar a cabo a disposição estética, a qual evidencia uma distância objetiva em relação à necessidade econômica, traz à tona a estilização de hábitos de vida. A afirmação desse poder pode ser colocada em prática por meio do exibicionismo dessa liberdade econômica em relação às necessidades de subsistência, legitimando a superioridade dos indivíduos que assim podem proceder sobre aqueles que assim não o podem (BOURDIEU, 2007).

Em suma, Bourdieu traz sua contribuição à análise cultural e valorativa dos aspectos do desenvolvimento econômico ao averiguar que o gosto é algo construído socialmente, desprovido, muitas vezes, da ideia de necessidade econômica e baseado fundamentalmente na possibilidade de expressão de uma distinção.

Os elementos e teorias apresentados nesta seção apresentam, em comum, o reconhecimento da importância de fatores comportamentais, como hábitos e valores, além de outros aspectos do plano cultural, para determinação do desenvolvimento material e imaterial das sociedades. As contribuições trazidas por Veblen, Duesenberry, e Bourdieu, nesse contexto,

mostram como os elementos desse plano se expressam e se articulam a partir de determinadas instituições, bem como apresentam clara relação com o processo de estratificação social e econômica, inclusive perpassando a análise de classes ou grupamentos sociais.

Cumprе ressaltar, o que é de fundamental relevância para a subseção seguinte, que o eixo comum em torno do qual se articulam as análises aqui expostas se apresenta no plano consumidor. A variável “consumo” apresenta, então, uma posição-chave para a interpretação do processo de evolução material e imaterial das sociedades contemplado pela perspectiva cultural. A teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento de Furtado exemplificará bem a centralidade do consumo para essa análise valorativa.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO EM CELSO FURTADO

Um dos grandes fatores distintivos da obra de Furtado em relação a outras do arcabouço estruturalista latino-americano refere-se à sua incorporação, de forma ampla e profunda, do tema da cultura e conseqüente elaboração de uma conexão precisa entre esta última e o desenvolvimento econômico (RODRIGUEZ, 2009). A teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento do autor é bastante profícua e ganha contornos cada vez mais complexos e interdisciplinares conforme as circunstâncias internas do país ou mesmo os fatores de ordem econômico-política em âmbito global vão se alterando.

Desde os anos 1950, em sua obra clássica “*Formação Econômica do Brasil*” (Furtado, 1959), e mesmo em outra publicada um pouco antes, “*Perspectivas da Economia Brasileira*” (Furtado, 1958), o autor já apresentava as bases de sua elaboração teórica do subdesenvolvimento com enfoque voltado à apreensão da economia brasileira. Isso vai sendo revelado à medida que ele avança em seu exame do processo de industrialização e vai lançando mão, especialmente, do instrumental pós-keynesiano. A partir disso, Furtado confere atenção particular ao lado da demanda e passa a apontar os aspectos problemáticos da crescente razão capital-produto, determinados pela concentração da renda e correspondente estreiteza do mercado, bem como pela insuficiência da formação de poupança interna.

Contudo, cumprе ressaltar que ao contrário da análise de Keynes que aponta o problema da insuficiência de demanda, Furtado assinala que, no caso brasileiro, este cede lugar à problemática da “composição” dessa demanda, resultante de um determinado perfil distributivo da renda no país. Se por um lado, o autor destaca a necessidade de aumento da poupança interna,



assim sendo, do esforço de acumulação da sociedade, de outro, sua teorização em torno de uma taxa de poupança compatível com a obtenção de dada taxa de crescimento inspira-se nos modelos pós-keynesianos de *Cambridge*, fato que fica mais evidente à medida que ele tece associações com a participação dos lucros ou salários na renda.

Mas, o elemento central que deve ser ressaltado para os fins do presente trabalho é como, já nesse momento, o autor dispunha de interesse sobre a questão da distribuição da renda e sobre as formas de consumo, ainda que de modo incipiente. Furtado (1958) avaliava que, no Brasil, a concentração da renda (pensando-se num aumento da participação dos lucros), diferentemente do que *a priori* se poderia imaginar, não resultaria em incremento adequado da taxa de poupança. A razão para isso é que o efeito da concentração da renda é parcialmente limitado pelo revés que cria: “ampla camada social de ociosos ou semiociosos, com efeitos diretos e indiretos altamente negativos nos hábitos de consumo” (FURTADO, 1958, p. 56). Por essa simples citação já é possível notar a semelhança de suas ideias com as de Veblen, particularmente no que se refere à concepção da “classe ociosa” por esse último.

Ainda que até meados de 1960, Furtado não se dedique a uma elaboração formal do tema do desenvolvimento e subdesenvolvimento com base na noção cultural, já é possível reconhecer, em suas obras que antecedem esse marco temporal, a ideia da propensão à imitação dos padrões de consumo dos países centrais (diretamente relacionada com a concentração da renda). Sendo assim, a taxa de poupança não somente sofreria influência de uma dada distribuição funcional da renda (dependendo da participação dos lucros), mas também de uma tendência mimética.

Se em um primeiro momento de sua longa produção intelectual, a teorização de Furtado com respeito ao subdesenvolvimento brasileiro confere particular ênfase à questão da identificação do problema da razão produto-capital declinante (ou capital-produto ascendente) e sugere o planejamento e ação do Estado Nacional como forma de orientar a formação de poupança (por meio de instrumentais diversos, inclusive, tributários), à medida em que avança o processo de transnacionalização, sua preocupação maior passa a se concentrar na questão da propensão marginal ao consumo e em seus determinantes de ordem extraeconômica. É nesse novo marco que sua análise recairá fortemente sobre o plano cultural, e que a ideia de desenvolvimento para o autor se ligará, cada vez mais profundamente, à racionalidade e aos valores presentes em uma determinada sociedade.

A partir de então, a obra de Furtado evidencia de forma cada vez mais clara e contundente como o estudo do desenvolvimento consiste, de um lado, na observação do aumento

da produtividade e, de outro, no esforço de compreensão da finalidade imbuída a esse progresso material (incluindo, também, a magnitude com que ele é assimilado por diferentes camadas da população). A conotação plural atribuída pelo autor ao fenômeno do desenvolvimento pode ser notada neste trecho de “*O Capitalismo Global*”: “A ciência do desenvolvimento preocupa-se com dois processos de criatividade. O primeiro diz respeito à técnica [...] O segundo refere-se ao significado de sua atividade, aos valores” (FURTADO, 1998, p. 47).

Também em sua obra “*Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural*” Furtado amplia as dimensões do desenvolvimento econômico incorporando a ideia de finalidade perseguida por grupos dominantes, bem como ratificando a associação da análise do desenvolvimento com a estrutura social.

A rigor, a ideia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade que competem na utilização de recursos escassos. [...] Assim, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica (FURTADO, 2000, p. 22).

Na mesma obra, o autor traça a distinção entre a racionalidade dos meios e racionalidade dos fins, também entendida como racionalidade instrumental e substantiva. Por esses conceitos, Furtado tenta desvelar como a criatividade inventiva voltada, por exemplo, à produção de técnicas mais eficazes que elevam a produtividade do sistema econômico, assim sendo a racionalidade instrumental, deve ser apreendida por meio do exame da finalidade impressa nesse processo, ou seja, da percepção dos fins a que se propõe o homem tendo em vista essa ação e, conseqüentemente, da racionalidade substantiva por trás dela (FURTADO, 2000).

A partir de uma bem articulada análise que perpassa os temas da criatividade, da conformação de um sistema de valores, da inventividade, da acumulação e, finalmente, da produção de um excedente social, o autor chega, então, à questão da apropriação e utilização deste último (plano em que se torna mais evidente sua adoção da perspectiva cultural). Enfocando o caso do Brasil, Furtado constata que, historicamente, a finalidade do excedente gerado foi dirigida pela tentativa de reprodução de hábitos culturais dos países centrais por uma classe dirigente no país, a despeito das diferenças no grau de acumulação e de desenvolvimento das forças produtivas que diferenciam a economia brasileira destes últimos, e em completa desconsideração às verdadeiras necessidades da coletividade. Seria, portanto, essa orientação

perversa dotada à apropriação e utilização do excedente que configuraria o subdesenvolvimento brasileiro.

Embora o autor já houvesse afirmado, em obras anteriores ao período de transnacionalização, a importância da forma como é utilizado o excedente, bem como já houvesse se referido em Furtado (1959) a uma situação de dependência oriunda da criação de novas necessidades, é a partir do novo contexto globalizado que ele atribui maior importância a esse aspecto do subdesenvolvimento, que se torna, então, basilar para a compreensão desse fenômeno. É quando também ele desenvolve formalmente o termo “modernização dos padrões de consumo”³ em Furtado (1974) para se referir a essa tendência. Todavia, já na segunda metade dos anos 1960, Furtado já exhibe as bases de sua conceitualização acerca do comportamento imitativo da elite brasileira, utilizando-se da concepção de “efeito demonstração”, com base em Duesenberry, descrevendo-o como o processo “pelo qual cada grupo social orienta suas expectativas com vistas a alcançar os padrões de consumo dos grupos imediatamente superiores na escalada de distribuição de renda” (FURTADO, 1966, p.14).

A identificação de Furtado com as teorias de Veblen e Duesenberry pode, então, ser reconhecida em trechos de sua própria obra. Em “*Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*”, ao apontar para a existência de fatores institucionais que influenciam o comportamento do investimento por meio da propensão ao consumo e como isso se liga à questão distributiva, Furtado cita os referidos autores:

O comportamento da taxa de inversão é influenciado por fatores institucionais e de outras ordens que atuam sobre a propensão a consumir ou induzem indivíduos ou grupos sociais a lutar para preservar ou aumentar sua participação na renda futura. Certos aspectos desse problema foram entrevistados por sociólogos, como Max Weber, [...] e também por Veblen, grande crítico da economia neoclássica, com quem são inegáveis os pontos de afinidade de Duesenberry, que fez importante contribuição teórica nesta matéria (FURTADO, 1967, p. 98).

Tendo em vista o que foi apresentado ao longo dessa subseção, é possível verificar que as conexões mais evidentes entre a teorização de Furtado e dos dois autores colocam-se, portanto, no plano dos fatores determinantes da propensão ao consumo que, revelam-se, em última instância, de natureza psicológica e cultural. Nessa análise, o autor aponta para o papel da classe dirigente, responsável maior pelo direcionamento do excedente econômico, assim sendo, pelos rumos impressos ao processo de acumulação e de progresso material. O exame de Furtado com

³ Cabe ressaltar que com o processo de transnacionalização a dependência cultural passa a ser comandada internamente pelas multinacionais, uma vez que antes ela era assegurada principalmente pelas importações.



relação a esse grupo social apresenta semelhança com a investigação acerca da classe ociosa por Veblen, seja por seu desligamento do processo produtivo (reconhecido por Furtado na dificuldade de formação de poupança interna), seja pela forma como seu consumo é reconhecido internamente como padrão superior e como todo o processo de acumulação e evolução material e imaterial da sociedade é dirigido em função dele. Porém, ao invés de se concentrar no possível desejo de “emulação”, Furtado buscará em Duesenberry, sendo assim, na tendência à imitação decorrente da exposição a determinados valores e hábitos, a explicação para o comportamento dessa elite, extrapolando, porém, os limites nacionais no caso periférico (espelhando-se, suas elites, no consumo e estilo de vida dos países do centro).

Em suma, a obra de Celso Furtado apresenta um rico arcabouço teórico da análise do desenvolvimento econômico a partir da perspectiva cultural, incorporando o conceito de racionalidade, atribuindo importância ao processo de concepção de valores e identificação de fins, e substituindo a centralidade da dependência tecnológica e financeira pela dependência cultural. É possível reconhecer a influência de autores do institucionalismo ou até mesmo da sociologia sobre suas ideias nesse novo plano, mas é também inegável sua peculiaridade e independência teórica à medida em que, mesmo se apropriando de determinados elementos, ele continua, por recurso ao enfoque histórico-estrutural, tecendo elaborações muito próprias à luz dos fenômenos específicos da realidade periférica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou analisar a perspectiva qualitativa do desenvolvimento econômico, perpassando seus aspectos culturais, valorativos e psicológicos, amplamente embasados numa discussão de estruturação da sociedade em classes ou numa noção de conflito distributivo por determinados grupos. O caráter distributivo do desenvolvimento tem sido amplamente considerado, porém, sua determinação pela dimensão da cultura, da racionalidade e de um determinado sistema de valores recebe, ainda, diminuta atenção.

Por essa razão, empregou-se uma análise bibliográfica com base em quatro autores (Veblen, Duesenberry, Bourdieu e Furtado) para apontar essa perspectiva do tema do desenvolvimento, ressaltando-se seus enlaces com a questão distributiva. De um modo geral, é possível reconhecer que os autores considerados traçam suas análises enfocando, especialmente, a questão do consumo, elemento presente na teorização de todos eles.

As formas de consumo e os determinantes da propensão a consumir conformam a “porta de entrada” para a análise no plano cultural e origina uma série de conceitos de ampla importância para compreensão dos rumos materiais e imateriais das sociedades. A forma como fatores de ordem psicológica ou cultural determinam a disposição ao consumo, ou como referendam um dado consumo tornando-o superior e legítimo, denotam, em última instância, o poder de determinados grupos sociais ou classes no processo de acumulação e orientação do desenvolvimento.

Além disso, esse processo denuncia também um tipo de racionalidade que necessita ser criticamente avaliada, na percepção Furtadiana, sobretudo em países em que os meios empregados para esse fim (do consumo elitizado) apresentam notável incoerência com os recursos dessa sociedade (como é o caso da tecnologia empregada nesses bens vis-à-vis o grau de acumulação e o nível de desenvolvimento das forças produtivas). Não à toa que, a partir dessas constatações, Furtado passe a propor uma nova visão de desenvolvimento, muito menos ligada à noção de progresso técnico (o que reflete também um pouco de sua crítica à civilização industrial), e muito mais voltada às ideias de criatividade e às possibilidades de prospecção de uma nova cultura e de um novo sistema de valores que ressignifiquem a noção de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS.

BASTOS, C. P.; BRITO, G. Introdução. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado, 2010.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

DUESENBERY, J. S. **Renta, ahorro y teoria del comportamiento del consumidor**. Madri Alianza, 1967.

FURTADO, C. **Perspectivas da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro, ISEB, 1958.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª Edição, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, (1959 [2007])

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Introdução ao desenvolvimento:** Enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1980.

_____. **O Capitalismo Global.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira.** Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.

OREIRO, J. L. **Lições de história do pensamento econômico:** teorias alternativas de crescimento e distribuição de renda. Texto escrito como apoio de leitura para o curso de História do Pensamento Econômico da Faculdade de Economia e Finanças do IBMEC, 2000.

_____. **Economia pós-keynesiana:** origem, programa de pesquisa, questões resolvidas e desenvolvimentos futuros. Ensaio FEE, v. 32, n. 2, p. 283-312, 2011.

MACCORMICK, K. **Duesenberry and Veblen:** The demonstration effect revisited. *Journal of Economic Issues*, v.17, p.1125-1129, 1983.

RODRÍGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

TRIGG, A.B. **Veblen, Bourdieu, and conspicuous consumption.** *Journal of Economic Issues*, v. 35, p. 99-115, 2001.

VEBLEN, T. **The theory of the leisure class.** Oxford University Press, USA, 2009.